

## INÚTIL PAISAGEM

Robert Moses Pechman

Historiador, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador CNPq

*[...] ficamos esperando que cada um dos lembradores não realize o projeto de buscar uma rua, uma casa, uma árvore guardadas na memória, pois sabemos que não irão encontrá-las nessa cidade onde, como você assinala agudamente, os preconceitos da funcionalidade demoliram paisagens de uma vida inteira.*

(CHAUÍ, 1979)

A transformação das cidades, a destruição das paisagens tradicionais é um fenômeno recorrente, desde meados do século XIX. A partir daí nenhuma cidade escapou ao cutelo de reformadores, higienistas e urbanistas.

O que vamos ensaiar aqui é a dor experimentada com essa perda, que se manifesta na forma da saudade. Mas não se trata apenas da dor do indivíduo. “Os sentimentos não são exclusivamente subjetivos, no sentido de serem individuais. Os sentimentos são expressos a partir de uma gramática que é aprendida socialmente.” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 10) Assim sendo, podemos tentar capturar nas “narrativas saudosas” algo daquela dor do vazio de uma destruição, mas também os

gemidos sociais que ecoam nas cidades das sociedades capitalistas que, de maneira drasticamente predatória, intervêm no espaço físico/vivido com intuito de transformá-lo na base do novo processo produtivo, seja no plano da produção, do consumo ou da circulação. Segundo Marilena Chauí, “Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros”. Continuando, Chauí (1979, p. XIX) diz:

*A memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança de que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à práxis coletiva como vizinhança (versus mobilidade), a família larga, extensa (versus ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, certos objetos biográfico (versus objetos de consumo). Eis aí, alguns arrimos em que a memória se apoiava.*

A saudade, destilada pela memória, é, pois, um sintoma do processo de transformação da cidade e também de perda do sentido de imortalidade com que a cidade contempla a sociedade.

Estamos aqui no reino da narrativa, no plano da História. A saudade se historiciza, e podemos vê-la como uma narração, como uma construção cultural e social que se manifesta, fundamentalmente, em momentos de crise, materializando-se a partir da “estetização da dor e [d]a faculdade contemplativa”. (MADUREIRA, 2008, p. III) Segundo Delfina Madureira (2008) no seu estudo comparativo sobre a construção cultural da saudade na cultura portuguesa e alemã, é nos momentos de crise nacional que “a transposição elegíaca do sentimento

de perda combina-se com o sentimento original de pertença ao lugar e com o culto da memória coletiva, projetando um passado idealizado para o futuro”. A saudade vem à tona, portanto, como parte integrante do discurso romântico do século XIX, que constrói a “essência” do sentimento nacional e que é fundamental para a elaboração de uma identidade cultural. (CHAUÍ, 1979, p. 2)

Igualmente, a saudade foi mobilizada para dar conta das severas transformações que o capitalismo impunha às cidades europeias da época das Revoluções Industriais. Seja no lamento por uma Idade do Ouro que ficara no passado:

*Eis a vida que não conhece aquele  
Que na cidade vive em culpa- a vida  
Das épocas primevas incorruptas.*  
(THOMPSON apud WILLIAMS, 1990, p. 200)

seja, na dicção da insuportabilidade da vida nas grandes cidades,

*Não vejo bosque verde, fonte pequenina  
Nem ribeirão descendo a encosta da colina.  
Para onde quer que eu volte os olhos curiosos  
Vejo fileiras de tijolos malcheirosos  
E monturos nauseabundos que apodrecem,  
Nos quais os porcos buscam abrigo e se  
aquecem.*  
(JENNER apud WILLIAMS, 1990, p.199)

Embalado pela saudade, o bucolismo de um mundo edulcorado é mobilizado para eliminar as tensões vitais, mas tratava-se, basicamente, de uma transição histórica significativa: a transição do mundo feudal para o mundo burguês, tratava-se da transição para o capitalismo agrário (WILLIAMS, 1990, p. 39):

*Quão doce é tudo aqui meu Deus.  
Que belo o campo aos olhos meus.  
Aqui tudo é salubridade.  
Senhor, que cedo nos deitamos.  
Que sonhos sonhamos.  
Que paz. Quanta unanimidade.*

Também nas cidades o capitalismo produzia saudades de um mundo que, fundado na tradição, se desestabilizava. Instalado no coração de Paris, em meados do século XIX, Baudelaire se mostra um “bucólico urbano”: “Paris muda. Mas nada em minha nostalgia mudou”. (apud MENEZES, 2000, p. 25) Embora arauto da modernidade que desatrela a urbanização, Baudelaire não resiste à perda da cidade conhecida: “Foi-se a velha Paris. A forma de uma cidade muda mais que um coração infiel”.

Quando Marx vaticinou em 1848 que sob o capital tudo que era sólido desmancharia no ar, isso incluía a própria estrutura física da cidade. Sabemos, no entanto, que a cidade não se compõe só de sua mineralidade. As cidades não acabam, mesmo quando são destruídas por bombas ou demolidas por picaretas. Elas resistem, mesmo que só na saudade. As cidades, segundo Lewis Mumford (1961), autor de “A cultura das cidades”, devem ser vistas, fundamentalmente, como frutos do tempo:

*Ali o tempo desafia o tempo, o tempo choca-se com o tempo, os hábitos e valores passam além do grupo vivente, assinalando com diferentes extratos de tempo o caráter de cada geração. Camada sobre camada as eras passadas conservam-se na cidade até que a própria vida esteja finalmente ameaçada de sufocamento; neste ponto, num gesto claro de defesa, o homem inventa o museu.*

E, no entanto, a imortalidade da cidade, diz menos respeito às suas pedras que ao seu espírito, essa coisa tão abstrata, mas que guarda a essência do que seriam as cidades. Imortalidade da cidade à exemplo da pólis grega onde, diante da morte do cidadão de Atenas, a urbe era louvada, estabelecendo-se, pois, pela palavra, a perenidade da cidade. Vitória imaginária, sem dúvida, pois pela palavra o simbólico constantemente predomina sobre o funcional. (LORAU, 1994, p. 22) Não há como não considerar o compósito de uma urbe onde as memórias da vida impregnam a pedra porosa de que a cidade é construída. Evidência de que o espírito da cidade transcende sua espacialidade é que a cidade presta-se não somente às tarefas práticas da produção, mas também à comunhão cotidiana de seus cidadãos. (MUMFORD, 1961, p. 15)

Comunhão, mas também cooperação e comunicação, estão aí os princípios básicos da estabilidade da cidade. Sua estabilização permanente significa, portanto, não só segurança como continuidade. A associação coletiva estabiliza as tensões e pulsões da cidade bloqueando os estilos de vida mais predatórios e destruidores. Não mais Babel, não mais Sodomas, mas a Cidade de Deus... na Terra. Domesticar os homens nas cidades, garantir a ordem e a regularidade, conter as ameaças. A cidade liberta, a cidade protege, essa foi a garantia para que os homens se abrigassem à sua sombra. Uma que feminina cidade desdobra-se, pois, daí oferecendo proteção, acolhimento, a mitigação dos desejos e a duração no tempo.

Não há, então, compreender a cidade, no plano de seu espírito, e, portanto, no seu afã de imortalidade, se não entendermos antes como se movimentam aqueles seres, penalizados em vida, pela per-

da do sentimento de continuidade. É trabalhando para lembrar, lapidando com o espírito o diamante bruto da lembrança, que podem recuperar o tempo. Esquecer é morrer, afirma Marilena Chauí na apresentação do livro de Ecléa Bosi, *Lembrança de velhos*: “Mnemosyne, [é] fonte da imortalidade”.

No entanto, lembrar se tornou um exercício de política, ali onde novas paisagens urbanas floresciam sem parar, num regime de imaginário onde a palavra de ordem era a racionalidade, a técnica, o maquinário, a produtividade, o fluxo, o ritmo, a mudança, a transformação. Tudo isso para afugentar o fantasma do “desconforto”, da insalubridade, da promiscuidade física e moral e do tempo lento que pairava sobre as cidades.

Difícil tarefa, essa, de travar as engrenagens que foram postas em marcha sob o vigor dos novos mecanismos. Mesmo porque a ideia de que a cidade estava imersa na desordem, nas contaminações, na imoralidade, nas misturas, na indisciplina, na corrupção e nos perigos da criminalidade, servia à legitimar uma drástica intervenção no seu corpo e na sua alma. Não por acaso é em meados do século XIX que grandes pesquisas são efetuadas pela administração pública na Inglaterra sobre o que hoje chamaríamos de “habitat”. O que deixam antever essas pesquisas, segundo François Begun em *As maquinarias inglesas do conforto*,

*[...] são as mil facetas de um conforto corporal ‘selvagem’: o calor do encorticiamento e do confinamento, as drogas e o álcool, a vadiagem pela rua, a promiscuidade, o anonimato das Jodging-houses (pensões), a preguiça que elege a sujeira mais do que o esforço. Imagem negra para todos aqueles que, desconhecendo os hábitos do pobre e suas táticas, só vêm a*

*miséria e deterioração dos corpos...* (apud BEGUN, 1991, p. 47)

Leve-se em conta que essas pesquisas tinham como objetivo principal a reforma de Londres, então a maior metrópole sobre a face da terra. Londres crescera sob o influxo das revoluções industriais e havia grande preocupação com o modo de vida popular, com que seu “desconforto selvagem” colocasse em xeque a capital e mesmo o próprio país.

A relação entre o desconforto e o modo de vida popular se impõe e legitima os discursos que apontam para a cidade como um impasse ao desenvolvimento da sociedade. (BEGUN, 1991, p. 40) Veja-se o que diz esse relatório de época:

*A influência imoral da sujeira e do desconforto nunca foi suficientemente levada em consideração. Esta influência é anti-social no mais alto grau, o estado miserável de sua casa é uma das causas essenciais que conduz um homem a gastar seu dinheiro em prazeres egoístas: ele entra em casa esgotado, aspira à tranquilidade, tem necessidade de repousar: a sujeira, a miséria, o desconforto sob todas as formas o cercam, ele só deseja então ir embora, se puder.* (apud BEGUN, 1991, p. 42)

Segundo Begun (1991, p. 44) “[...] reduzida a dados geológicos e técnicos, a densidade histórica da cidade entra em curto-circuito, o apelo aos dados sensíveis fica descartado, o urbano fica banalizado em benefício de novas configurações operacionais”.

Esta “dissolução da cidade em benefício de uma concepção do urbano como meio, onde se entrecruzam os órgãos da maquinária urbana e os componentes físicos de um terreno, parece ter sido

frequentemente negligenciado” (BEGUN, 1991 p. 44). Essa constatação é fundamental porque, na pista de Begun, é aí que nasce o urbanismo – entre o conforto e uma paisagem útil – e não no cenário imponente dos efeitos visuais que Haussmann impôs à Paris. (BEGUN, 1991) Foi assim que o ideário urbanístico disseminou-se pelos quatro cantos da Terra, prometendo conforto e funcionalidade para todos, em todas as cidades, destruindo paisagens e modos de vida.

Daí em diante a reforma das cidades, visando uma paisagem útil, se impõe e, nessa lógica, transformações radicais anulam paisagens da vida inteira apontando para uma crise de identidade e perda de referências.

Avancemos no tempo e vejamos como isso impactou nossa memória e incendiou nossa saudade.

### “AS COISAS TINHAM PARA NÓS UMA DESUTILIDADE POÉTICA”

Em 1996, o poeta Manoel de Barros escreveu um livro intitulado *Livro sobre o nada*. Enterrado em sua fazenda no interior do Mato Grosso, Manoel de Barros, no prefácio do livro, anuncia que “[...] irá fazer coisas desúteis. O nada mesmo. Tudo que use o abandono por dentro e por fora”. (BARROS, 1996, p. 7)

Escrevendo nos anos 1990, Manoel de Barros dava munção para se entender e resistir àqueles tempos tão úteis da hipermodernidade, da falência do Estado e de “reengenharia social”, que não fazia mais que produzir indivíduos cada vez mais narcísicos. Um vigoroso imaginário sobre a desutilidade dos homens e, mesmo, de paisagens urbanas não mercantilizáveis impôs-se à época, colocando

em cena a realidade imperiosa daquilo que verdadeiramente se acreditava ser útil, ou seja, aquilo que prometia ser rentável. Ser útil, portanto, era algo passível de ser transformado em ações da Bolsa de Valores.

Retirado da cidade o poeta, desutilizava poeticamente a naturalidade razoável das coisas úteis, dizendo no seu livro que:

*O que eu gostaria de fazer  
é um livro sobre o nada [...]  
[...] É coisa nenhuma por escrito [...]  
[...] O que eu queria era fazer  
brinquedos com as palavras.*  
(BARROS, 1996, p. 7)

Não contente com o nada e a coisa nenhuma, Manoel de Barros avança nas suas experiências de desnecessidades das coisas úteis:

*[...] Eu fiz o nada aparecer.  
(Represente que o homem é um poço escuro.  
Aqui de cima não se vê nada.  
Mas quando se chega ao fundo do poço já se  
pode ver o nada.)  
Perder o nada é um empobrecimento.*  
(BARROS, 1996, p. 63)

No poema “Desejar ser” Barros volta a insistir sobre a qualidade do “nada”:

*Nasci para administrar o à toa  
o em vão o inútil [...]*  
(BARROS, 1996, p. 51)

Antes da feitura do “nada”, Manoel de Barros já havia tentado criar uma espécie de matéria menos que o nada, “fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz”. (BARROS, 2010, p. 324)

Mesmo na grande cidade, plena de coisa úteis e louváveis, Manoel continuaria cultivando “desutilidades poéticas”. É o que ele propõe no poema “Na Rua Mário de Andrade”:

*[...] É preciso flunar em ruas  
- os passos levando sempre  
Para nenhum lugar  
E Mário me diz:  
- Poeta, Nenhum-lugar é o melhor  
Lugar de um poeta chegar.  
(BARROS, 2010, p. 84)*

No poema “Matéria de poesia”, o nada continua:

*[...] As coisas que não levam a nada  
Têm grande importância...  
Cada coisa sem préstimo  
Tem seu lugar  
Na poesia ou no geral [...]  
(BARROS, 2010, p. 145-146)*

Tomei a poesia de Manoel de Barros nessa análise sobre a saudade da cidade, para mostrar que uma poética sobre o nada e a desutilidade das coisas, mesmo que nascida e escrita no Pantanal, pode nos dizer muito da cidade e da saudade, mesmo que pelo seu avesso. Primeiramente, porque é uma poesia que, se opondo ao mundo útil, funcional e confortável da cidade, nos dá a possibilidade do avesso do urbano. Nesse sentido, o poeta, para estar e ser do mundo, não precisa de nada que seja da ordem da utilidade dos objetos, “apenasmente” de pequenas coisas. Coisas da natureza, como silêncios, sapos, amanheceres, pedras, passarinhos. Na verdade, ele precisa mesmo é de pré-coisas – como anunciado no seu *Livro de pré-coisas* de 1985 –, que nem coisas são ainda, pois que servem só à confeccionar poesia. Nesse

sentido, Barros não tem saudade de nada, não precisa de passado, não tem projeto de futuro, seu trabalho é ser/estar no presente de um tempo que não se conta por horas e que apenas se esvai. De onde ele espia o mundo, mais importante que o progresso e a evolução, a única coisa que se renova é a alegria das pessoas depois das enormes chuvas. Ali nenhuma maquinária de fazer cidade tem valia, pois nada se submete a geometrias. No poema “Mundo Renovado”, Manoel de Barros (1996, p. 206) usa toda sua precisão para dar contorno à imprecisão: “No Pantanal ninguém pode passar régua. Sobre muito quando chove. A régua é existidura de limite. E o Pantanal não tem limites”. Não estamos falando aqui de um homem que desconheça a cidade, sua ordem, seu código, sua linguagem, seus segredos ou de um poeta cuja poesia ignore a realidade da aspereza urbana. Não se trata, tampouco, de uma poesia de desdém da cidade, mas de poetizar sobre

*[...] Tudo aquilo que a nossa  
Civilização rejeita, pisa e mija em cima,  
[e que] serve para poesia [...]  
(BARROS, 1996, p. 146)*

Manoel de Barros não é, sobretudo, nenhum bucólico, ele sabe à cidade tanto quanto ao seu Pantanal. Para além do constructo urbano, para além das fantasias rurais, Barros faz uma poesia para espantar do mundo a razão dominadora, o ritmo artificial, a hora cronológica, a geometrização das vidas em minúsculos metros quadrados, sem, no entanto, jamais se referir a essas pós-coisas. No “Livro de pré-coisas”, a desutilidade de sua poética vai na direção de uma “urbanidade vegeto-animal”, que ele cunhou como “sabedoria vegetal”, “sabedoria animal”. (BARROS, 1996, p. 51)

*[...] Quando meus olhos estão sujos de civilização, cresce  
Por dentro deles um desejo de árvores e aves  
[...]*  
(BARROS, 1996, p. 199)

Avançando para o começo, Barros chega à origem das coisas, ao fundo do poço, onde não existe nada, ou por outra, tudo; pois é com esse nada-tudo que ele reconstrói poeticamente o mundo. A partir da “coisidade” do mundo o poeta nos propõe a desaprendê-lo. A começar por desacreditar na sua funcionalidade e utilidade.

Manoel de Barros é mesmo um desútil para as cidades.

### “CHEGA DE SAUDADES”

Em 1998, o jornalista Joaquim Ferreira dos Santos lançou o livro *Feliz 1958. O ano que não devia terminar*. Voltando 40 anos atrás, o jornalista reitera um imaginário que se consolidou em torno dessa data e apontava para o que seria um grande momento de felicidade pública, seja para o país, seja para sua capital. Na abertura de seu livro que tem o sintomático título “Com o brasileiro não há quem possa” Joaquim Ferreira dá vazão à sua memória:

*E assim se passaram 40 anos desde que o capitão Bellini levantou a Jules Rimet e começou a construir um novo país. Querem alguns que a construção teria começado, sim ainda naquele ano, só que no momento em que João Gilberto batucou no seu violão as últimas dissonâncias de Chega de Saudade e lançou o 78 rotações que fundou a bossa nova. Ou terá sido quando a Volks liberou o primeiro anúncio de fusca de sua fábrica no ABC [e] Adalgiza Colom-*

*bo inventou truques de beleza para vencer o Miss Brasil[?] [...] São todos fatos de 1958 e ... há outros 1958 fatos para provar que ainda não houve ano melhor em nossas vidas [...]*  
(SANTOS, 1998)

Afonso E. Reidy levantou as pilastras do Museu de Arte Moderna (MAM), Niemeyer levantou as colunas do Alvorada, o Teatro de Arena levantou o pano e Tom Jobim levantou a tampa do piano. Ao fundo, levantando a voz, JK gritava: “Pra cima com a viga, moçada. E continuou-se a levantar o país... Nunca aconteceu nada tão bom nesse século quanto 1958 [...]” (SANTOS, 1998, p. 9-16) Que o diga Gilberto Braga com a mini-série “Anos Dourados”.

Com o sentimento nacional em alta e a cidade experimentando ainda uma certa estabilidade espacial, além de sua mesmice familiar e comunitária, mas já sendo moderna com sua “copacabanisse”, não há lugar para se sentir saudade. Sem dúvida que se morre de saudade, mas saudade de amor. A Bossa Nova vai ser a catalizadora dessa dor, que, curiosamente, está intensamente referenciada a algum espaço da paisagem carioca. O amor apaixonado e a cidade das paixões, sendo ela apaixonante, evocam memórias de perda e dores amorosas, mas nunca da substância e do sentido da cidade. A cidade simplesmente é (“Rio é mar, eterno se fazer amar...”). Verifique-se o enorme número de músicas da Bossa Nova que tematizam a saudade de um amor perdido enlevado pelos encantamentos dos espaços urbanos. Visitemos músicas como “Chega de saudades”, “Só saudade”, “Cheiro de saudade”, “Saudades de você”, “Minha saudade”, “Saudade fez um samba” e dezenas de outras. São em grande número, também, aquelas que cantam a cidade como espaço propício à

amorosidade: “Garota de Ipanema”, “Balanço Zona Sul”, “Samba de verão”, “Samba do avião”, “Barquinho”, “Ela é carioca”, “Vagamente”, “Corcovado”, “Rio”, etc.

Embora cheia de problemas (“De dia falta água, de noite falta luz”), já cercada de favelas e fortemente desigual, a lenta transformação da cidade ainda permite que a “crônica da família” não se perca e que um “mapa afetivo” da cidade seja possível, na medida em que os marcos da memória ainda conhecem relativa estabilidade.

E, no entanto, embora 1958 fosse “O ano que não devia terminar”, nas profundezas da cidade um movimento tectônico ameaçava vir à tona. A crônica de Rubem Braga, “Ai de ti, Copacabana”, em tons bíblicos, dava sinais das iniquidades, malícias e pecados do bairro. Braga ameaçava: “Canta a tua última canção, Copacabana”. Mas quem se importava com pecados? Quem temia as ameaças bíblicas?

Na mesma linha de se antecipar às transformações experimentadas pela cidade e pelas gentes que se subjetivam à sua sombra, como em Rubem Braga, Clarice Lispector lança nos anos 1960 o livro *Feliz Aniversário* onde, num conto homônimo, mostra a ruptura dos laços familiares dentro de uma família em que uma parte foi para os subúrbios e outra para a Zona Sul. O conto de Clarice é uma metáfora do início da ruptura dos laços “comunitários” da cidade, anunciado que doravante a cidade seria uma outra coisa que ninguém sabia muito bem o que era. Nos anos 1970, o escritor Rubem Fonseca lança três contos de extrema violência cujo tema e cenário são as ruas e a paisagem carioca. A brutalidade começa a tomar pé no coração da cidade. Não bastasse a violência, a cidade experimenta transformações físicas constantes com a espe-

culação imobiliária e a transformação radical de sua paisagem. Data dessa época a música “Carta ao Tom-74” de Vinícius e Toquinho, que funciona como um dos primeiros libelos contra a transformação do Rio e, portanto, uma espécie de primeiro réquiem a cantar a perda de um certo espírito da cidade:

*Rua Nascimento Silva 107  
Você ensinando pr’a Elizete  
As canções de canção do amor demais.  
Lembra que tempo feliz, ai que saudade,  
Ipanema era só felicidade,  
Era como se o amor doesse em paz.  
Nossa famosa garota nem sabia,  
A que ponto a cidade turvaria,  
Esse Rio de amor que se perdeu.  
Mesmo a tristeza da gente era mais bela  
E, além disso, se via na janela  
Um cantinho do céu e o Redentor.  
É meu amigo só resta uma certeza,  
é preciso acabar com essa tristeza,  
é preciso inventar de novo o amor.  
(MORAIS; TOQUINHO, 1974)*

Em crônicas escritas nos anos 1980, o mineiro Paulo Mendes Campos, vivendo no Rio há décadas, descreve o processo de transformação do Rio de Janeiro através do resgate de histórias da boemia e da intelectualidade da cidade. Morador do Leblon e frequentador do eixo Ipanema/Leblon, Paulo Mendes Campos escreve já na dicção da saudade. Na crônica “Children’s Corners”, um certo lamento da perda da cidade para o modernoso desponta:

*Ipanema mudou (e continua mudando) tão  
celeremente que há por parte do morador uma  
necessidade ansiosa de se agarrar a um hábi-*



*to, a uma tradição, a um nome, por mais precários e recentes que sejam.* (CAMPOS, 2005)

Ninguém passa pelo rio heraclitiano duas vezes. Nem pela Rua Visconde de Pirajá: há sempre uma casa que sumiu, um edifício que arrancou os tapumes e se mostrou, um restaurante que virou banco ou um banco que engoliu o açougue. É uma alarmante mutação o que nos faz apegados a uma tradição que se esfuma a todo instante. Nosso raciocínio (dentro do coração, não dentro da cabeça) é forçosamente quadrado: Ipanema está passando, não como um rio, como um fusca a jato; ora se Ipanema está passando, também eu estou indo aos embolús (sem destino). É por isso que os mais sensíveis e cândidos andam procurando recantos mais estáveis nos remansos da Barra da Tijuca... A Barra virou, assim, a esperança inconsciente de se erguer uma barragem contra a velocidade da vida. (CAMPOS, 2005, p. 105-106) Em outra crônica intitulada "O âmago da questão", Paulo Mendes como que anuncia o irreversível, era a temporada da saudade que chegara para ficar:

*[...] A verdade nua, crua e dura é essa: Copacabana é o estúpido parâmetro Da urbanização carioca. Toda a Zona Sul se copacabaniza como uma nódoa que se alastra. Não há salvação. Ipanema por ter sido a primeira visada, está sendo engolida mais depressa, o Leblon um pouco mais devagar, e a Barra da Tijuca que se cuide... O mal-de-copacabana já se espalhou para fora... é um mal sem cura.*

*Vieram todos para cá em busca de tranqüilidade, saudosos da província, ou em conflito copacabanal [...]* (CAMPOS, 2005, p. 112-113)

E, sintomaticamente, no mesmo momento em que, depois de Copacabana, Ipanema e Leblon foram se renovando drasticamente e a Barra foi despontando como o novo eixo de expansão da cidade, ela vai ser formulada imaginariamente e vendida como sendo uma Nova Ipanema e um Novo Leblon. É assim que são chamados os primeiros condomínios da nova zona de crescimento do Rio. Podemos supor que essa nomeação visava angariar a simpatia para um novo projeto de habitat vendido aos cariocas em meados dos anos 1970. A estratégia de marketing foi montada para operar duas dimensões do tempo: a ideia de que viver na Barra era resgatar e retomar o charme daqueles bairros com suas tradições, portanto, o tempo do passado, a memória, a saudade e o tempo do futuro que era uma proposta de se viver à la americana, como se fora Miami. O que se propunha era verdadeiramente um modo de vida americano de condomínios fechados, com segurança 24 horas, *freeways*, gigantescos supermercados com artigos do mundo inteiro, arranha-céus e *shoppings centers* super equipados. Se o tempo futuro jogava os novos moradores da Barra numa vida pós moderna, ao mesmo tempo – pelo menos nos primeiros momentos do bairro – a estratégia, além da evocação dos bairros mais charmosos do Rio, foi também de prometer uma espécie de vida de bairro suburbano em termos das áreas livres dos condomínios que fariam às vezes das ruas como espaço público e, ao mesmo tempo, quintal das casas suburbanas. Ou seja, com uma mão dava-se uma pretensa tradição da cidade, com outra indicava-se o caminho para o futuro, para as novas formas de "modernidades", para novos modelos de cidades funcionais e úteis, para novas modalidades de conforto, fundado

dessa vez no consumo. Reinventando-se como um novo espaço, uma nova forma, um novo modo de vida, tentando até mesmo se “independentizar” do Rio, a Barra da Tijuca quer ter formulado um novo Rio de Janeiro, sem os “desconfortos” do passado e sem história. Ali todo luto pela perda de experiências que foram interrompidas na cidade por interesses comerciais, industriais, imobiliários ou financeiros, é patético. Por entre os condomínios fechados e os *shoppings*, a cidade se desfaz diante da privatização do espaço. Nesse sentido, a própria saudade da cidade se torna patética. Pode ser que ali a vida urbana se reinvente algum dia, pode ser que sintam saudade de ser cidade. Mas que cidade evocarão, que mapas afetivos consultarão para recuperar a crônica de suas famílias? Que estratégias usarão para lembrar, se a lembrança sempre supõe a vida urbana, sempre supõe o social?

Inútil paisagem...? ■

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval M. de, *Entrevista concedida a Fernando Pinho*, Lisboa, 2012.

BEGUN, François. As maquinárias inglesas do conforto. In: *Revista Espaço e Debate*, SP, NERU, 1991.

BARROS, Manuel. *Livro sobre o nada*, 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 1996.

\_\_\_\_\_. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.

CAMPOS, Paulo Mendes. *Brasil brasileiro*. Crônicas do país, das cidades e do povo. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa, *Lembrança de velhos*. São Paulo: TAQ, 1979.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: BOSI, Ecléa, *Lembrança de velhos* São Paulo: TAQ, 1979.

LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MADUREIRA, Delfina de A. *Sehnsucht e Saudade*. Para uma história comparada do ‘pathos’. 2008. Disponível em: <repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9874/1 Tese.pdf> Acesso em: 9 maio 2013.

MENESES, Marco A. *Olhares sobre a cidade*. São Paulo: Cone Sul, 2000.

MORAIS, V.; Toquinho, Carta ao Tom, [S.l.]: Universal, Selo Polygram, 1974.1 CD (ca. 40 min). Faixa 5.

MUMFORD, Lewis. *A cultura das cidades*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958*. O ano que não devia terminar. 6. ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade, na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.